

**CONCURSO PÚBLICO**  
Nível Superior

**Cargo 4:**

**PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO**

**MANHÃ**

**Caderno Verde**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno Verde — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 25/9/2007, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/ipc2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/ipc2007).
- II 26 e 27/9/2007 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 18/10/2007 — Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 — IPC, de 22/6/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/ipc2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/ipc2007).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticas, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Com exceção de algumas sociedades africanas —  
nas quais as mulheres desempenham papéis importantes na  
4 vida ritual e econômica —, a maior parte das sociedades  
humanas permite mais ampla participação na vida cultural  
aos elementos do sexo masculino. Grande parte da vida ritual  
do Xingu, por exemplo, é interdita às mulheres. Em alguns  
7 segmentos de nossa sociedade, o trabalho fora de casa é  
considerado inconveniente para o sexo feminino.

10 É óbvio que a participação de um indivíduo em sua  
cultura depende de sua idade. Mas é necessário saber que  
essa afirmação permite dois tipos de explicações: uma de  
ordem cronológica e outra estritamente cultural.

13 Existem limitações que são objetivamente  
determinadas pela idade: uma criança não está apta a exercer  
certas atividades próprias de adultos, da mesma forma que  
16 um velho já não é capaz de realizar algumas tarefas. Outras  
questões estão relacionadas com a determinação de limite  
entre as classes etárias, ou seja, como separar adolescentes  
19 de adultos sem incorrer em algum tipo de arbitrariedade?

Roque de Barros Laraia. *Cultura – um conceito antropológico*, p. 80-1 (com adaptações).

Acerca da organização das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se da argumentação do primeiro parágrafo do texto que a condição social das mulheres no Xingu segue modelos de sociedades africanas.
- 2 Na linha 3, o emprego da vírgula depois do travessão justifica-se por separar a expressão de circunstância deslocada para o início do período, na qual está incluída uma explicação.
- 3 Na linha 6, o uso do sinal indicativo de crase em “às mulheres” deve-se à presença de artigo definido feminino e à exigência de que o complemento de “interditada” seja introduzido pela preposição *a*.
- 4 O emprego do pronome “nossa” (l.7) indica que o autor está se identificando como participante da “vida ritual do Xingu” (l.5-6).
- 5 Segundo as regras de ortografia da língua portuguesa, e sem que se alterem os sentidos do texto, a palavra “segmentos” (l.7) também poderia ser escrita como **seguimentos**.
- 6 Mantém-se a mesma relação de sentidos entre os termos da oração, bem como a correção gramatical do texto, ao se substituir o trecho “para o sexo feminino” (l.8) por **pelo sexo feminino**.
- 7 A expressão “essa afirmação” (l.11) retoma a idéia de que o trabalho fora de casa pode ser considerado inconveniente para as mulheres.
- 8 Na linha 12, a palavra “ordem” tem o mesmo sentido que na seguinte frase: O indivíduo recebe do meio influências de várias ordens.
- 9 No último período do texto, sugere-se que a determinação de limites entre as classes etárias se apóia em critérios culturais.

1 Diferentemente dos anos 70 do século passado, hoje  
não existe mais um padrão da mãe trabalhadora. Cada uma  
escolhe a melhor maneira de criar os filhos, dependendo das  
4 condições. Uma trabalha o dia inteiro e se sentem  
realizadas na profissão. Outras argumentam que o bom  
mesmo seria trabalhar meio período e estar o outro com a  
7 prole. Existem muitas maneiras de demonstrar proximidade  
com o filho, seja por um telefonema no meio da tarde, seja  
saindo um dia mais cedo para ir buscá-lo na escola.

10 O importante é que, nessa independência feminina,  
a criança continue a ser prioridade e que, seja lá qual for a  
escolha da mãe, ela possa crescer em um ambiente de  
13 confiança e segurança.

Istoé, 9/5/2007 (com adaptações).

A partir das idéias desenvolvidas no texto acima e considerando os aspectos lingüísticos desse texto, julgue os seguintes itens.

- 10 Depreende-se da argumentação do texto que, nos anos 70 do século passado, as mulheres deixavam de trabalhar quando se tornavam mães.
- 11 O uso do plural em “Uma” (l.4) e em “Outras” (l.5) respeita as regras gramaticais porque esses termos fazem referência à idéia de cada uma das mães que compõem o “padrão da mãe trabalhadora” (l.2).
- 12 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se deslocar o pronome átono de “se sentem” (l.4) para depois do verbo: **sentem-se**.
- 13 A supressão da palavra “o” antes de “bom mesmo” (l.5-6) provocaria incorreção gramatical e prejudicaria a coerência textual.
- 14 Na linha 6, o termo “o outro” retoma, por coesão, a idéia expressa pela palavra “período”.
- 15 Mantendo-se as relações de sentido originais do texto, seria correta a inserção de **Por isso** antes de “Existem” (l.7), fazendo-se o ajuste na inicial maiúscula.

## O que afasta o brasileiro do trabalho

- 1 Em 2006, o governo concedeu 140.000 auxílios-doença acidentários. O benefício é dado a quem precisa se afastar do trabalho por, no máximo, quinze dias, em função de problemas de saúde. Uma compilação de estudos da Universidade de Brasília mostra quais são os males que mais levam os brasileiros a se ausentar do emprego e as ocupações em que esses males são mais freqüentes.

A		B	
INCIDÊNCIA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE CAUSAM AFASTAMENTO (a cada 10.000 empregados)		O QUE AFASTA CADA PROFISSIONAL	
dores na região dorsal	38	<b>controladores de voo</b>	depressão e estresse
traumatismo do punho ou da mão	28	<b>motoristas de caminhão</b>	dores musculares
tendinites	24	<b>dentistas</b>	dores nas costas, ombro e braço
traumatismo de joelho ou perna	18	<b>professores</b>	problemas de voz
depressão, transtorno bipolar	15	<b>funcionários de hotéis</b>	dores nas costas e problemas nas articulações

Veja, 4/7/2007 (com adaptações).

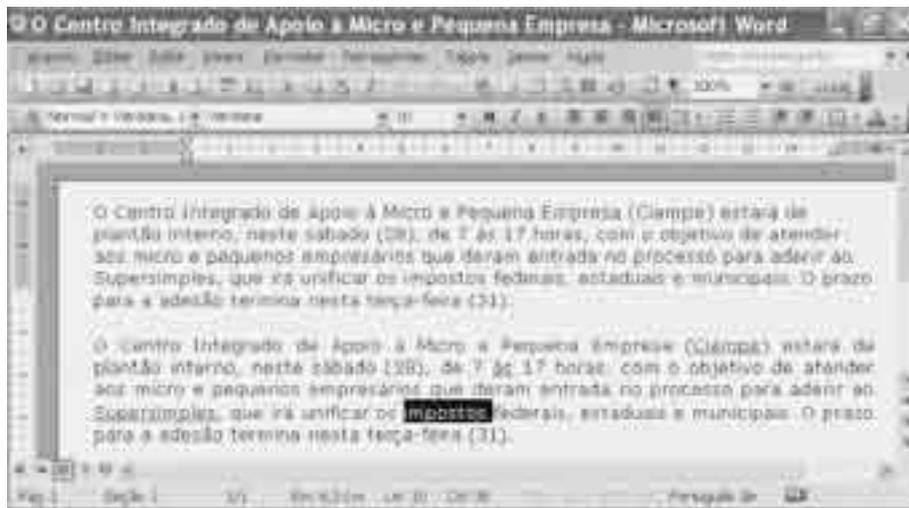
Com base nas informações do texto e das tabelas acima, julgue os itens que se seguem.

- 16 Está de acordo com as regras gramaticais da língua e coerente com a argumentação do texto a seguinte reescrita para o segundo período do texto (l.1-2):  
Recebe o benefício quem, por problemas de saúde, precisa afastar-se do trabalho por, no máximo, quinze dias.
- 17 Preservam-se a coerência textual e o respeito às regras de concordância ao se retirar do texto a expressão “Uma compilação de” (l.2), usando-se inicial maiúscula em “estudos” (l.2).
- 18 A tabela A mostra como foram proporcionalmente distribuídos, pelos principais problemas que causam afastamento do trabalho, os auxílios-doença de que trata o texto inicial.
- 19 Os problemas de saúde dos professores registrados na tabela B correspondem ao terceiro problema mais freqüente entre os listados na tabela A.
- 20 Sendo considerada a afirmação do texto “ocupações em que esses males são mais freqüentes” (l.3-4), a tabela B mostra que dentistas e funcionários de hotéis apresentam problemas de saúde semelhantes para se afastarem do trabalho.



Um usuário acessou a página *web* do município de Cariacica, ilustrada na figura acima, por meio de uma rede ADSL, utilizando o navegador Internet Explorer, versão 6.0 (IE6), a partir de um microcomputador cujo sistema operacional é o Windows XP. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, relativos a Internet, correio eletrônico e navegadores.

- 21 Se o referido usuário tiver permissão, ao clicar o *link Webmail*, ele terá acesso a uma interface da Internet para ler e escrever *e-mails* usando o navegador.
- 22 A figura  indica que o IE6 qualifica a página exibida como segura.
- 23 Se o usuário clicar o botão , a página será recortada e poderá ser colada em um documento do Word.
- 24 Utilizando-se o Outlook Express, é possível encaminhar a página do município de Cariacica anexa a uma mensagem de correio eletrônico.
- 25 O ADSL é um protocolo que permite a navegação na rede mundial de forma rápida e totalmente segura.



Considerando a figura acima, que apresenta um texto em edição no Microsoft Word 2003, julgue os itens que se seguem.

- 26 O segundo parágrafo pode ter sido feito por meio dos recursos Copiar e Colar do menu **Editar**.
- 27 A palavra “impostos”, que está selecionada no texto, está formatada com letra do tipo normal e tamanho 10.
- 28 O primeiro parágrafo do texto está formatado com alinhamento esquerdo, enquanto o segundo está com alinhamento justificado.
- 29 Para fazer a correção da grafia somente no primeiro parágrafo, é suficiente selecioná-lo e clicar a ferramenta .

REGIAO	DEMANDA	COTA (R\$)
1	Dren. e Pav. da Rua das Torres (Fiscal II)	
2	Dren. e Pav. da Rua São João (Bela Vista)	
4	Dren. e Pav. da Rua Vicente Santório (Modelo)	1.209.000,00
	Dren. e Pav. da Rua Paulo Nascimento (REGIONAL - Bairros Contemplados: Santo Antônio e Campo Verde)	1.000.000,00
5	Dren. e Pav. do Trecho da Rodovia José Sette até a BR 101 (REGIONAL)	942.000,00
7	Dren. e Pav. da Rua Vicente Santório Ramos (trecho de Vera Cruz)	
	Pav. das Ruas Andersonia, Tucano e Papagaio (REGIONAL - Bairros Contemplados: São Conrado, São Gerardo, Vera Cruz e Boa Sorte)	
8	Pav. da Rua Pais Magos com construção da escadaria (REGIONAL - Bairros Contemplados: Santa Luzia, Via Palestina, São Francisco)	916.000,00
	Dren. e Pav. da Rua Manoel Laurentino (REGIONAL - Bairros Contemplados: Boa Vista, Itaquai e Sistema)	
10	Dren. e Pav. do Meio da Companhia, que inclui Ruas Diamantina, Nívis e Alameda Ipiranga (REGIONAL)	

A figura acima apresenta parte do orçamento participativo da cidade de Cariacica, reproduzido do sítio da prefeitura dessa cidade e editado no Excel 2003. Considerando essas informações e a referida figura, julgue os seguintes itens.

- 30 As informações mostradas são insuficientes para se afirmar que o nome do arquivo que contém a referida planilha é Pasta 1.
- 31 As células A2, A3 e A4 podem ter sido mescladas por meio da ferramenta associada ao botão , que, além disso, possibilita a formatação de fontes.
- 32 Para centralizar verticalmente o número 1.209.000,00, é suficiente clicar, sucessivamente, a célula C1 e o botão .

Com relação a procedimentos para a realização de cópias de segurança e a sistemas de arquivo, julgue os itens a seguir.

- 33** Para se criar a cópia de um arquivo de determinada planilha do Excel, é necessário fazer a compactação do arquivo por meio do ZIPDriver.
- 34** *Pendrive* é um dispositivo de armazenamento constituído por uma memória *flash* e um adaptador USB para interface com o computador.
- 35** Utilizando-se o Windows Explorer, é possível criar, no máximo, três subpastas em uma pasta já existente.

Existe uma armadilha, no caminho do Brasil, montada por quem não tem interesse na construção de um modelo alternativo de geração de energia. E adotada pelos líderes de países que integram um eixo de esquerda na América Latina, que segue de La Paz a Havana, com epicentro em Caracas. Esses líderes não têm perdido oportunidade de combater o programa brasileiro de produção de etanol, sob o argumento de que as terras destinadas ao plantio de cana-de-açúcar poderiam ser utilizadas para a produção de alimentos.

Os produtores brasileiros de cana estão longe de ser os heróis descritos pelo presidente Lula. Muitas vezes agridem o meio ambiente, derrubam matas nativas, ocupam áreas antes usadas em outras culturas e até mesmo, em alguns casos, utilizam mão-de-obra em regime próximo ao escravo. Nem sempre os que arremessam pedras contra o Brasil compraram seus estilingues nas lojas do Greenpeace. Os ataques à produção de etanol cresceram depois que o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) firmaram protocolo de entendimento sobre a criação de um mercado mundial para o álcool, que pode vir a beneficiar os dois países — mas também o meio ambiente global.

Marcos Magalhães. *Armadilha latina*. In: *Jornal do Brasil*, 27/8/2007, p. D2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, além do atual cenário latino-americano, julgue os itens que se seguem.

- 36** O fato de ser um grande produtor mundial de petróleo pode explicar a razão pela qual a Venezuela não vê com bons olhos o programa brasileiro de produção de etanol.

- 37** O texto sugere que Bolívia e Cuba incentivam o Brasil a prosseguir e expandir seu programa de produção de biocombustíveis.
- 38** A afinidade ideológica — de esquerda — com o atual governo brasileiro explica o apoio de Fidel Castro, Evo Morales e Hugo Chávez às pretensões do Brasil de ampliar sua produção de álcool combustível.
- 39** O presidente Lula chegou a elogiar, com eloquência, o papel, na economia brasileira, dos produtores de cana-de-açúcar.
- 40** Uma das críticas feitas ao programa brasileiro para a produção de etanol refere-se à expansão da monocultura açucareira em prejuízo das áreas disponíveis para a produção de alimentos.
- 41** A tradicional preocupação com o meio ambiente é característica marcante da agroindústria açucareira brasileira.
- 42** Nos últimos anos, o poder público tem desenvolvido programa de combate a toda e qualquer forma de trabalho escravo no Brasil.
- 43** Mencionado no texto, o Greenpeace é uma das mais conhecidas organizações não-governamentais voltadas para a defesa do meio ambiente em escala mundial.
- 44** Infere-se do texto que, na atualidade, nem vantagens econômicas recíprocas conseguem aproximar Brasil e EUA.
- 45** Em sua recente viagem ao México e a países da América Central, o presidente Lula procurou destacar as vantagens da tecnologia brasileira para a produção de biocombustíveis.
- 46** Comparado aos combustíveis derivados de petróleo, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar é menos poluente.
- 47** Uma forma de atenuar o aquecimento global é a redução do volume de gases ampliadores do efeito estufa emitidos na atmosfera.
- 48** O Brasil é, hoje, o único país a produzir uma fonte de energia alternativa ao petróleo.
- 49** Fator de degradação ambiental, as queimadas provocadas pelo homem foram abolidas no Brasil graças à rígida legislação adotada pelo país há alguns anos.
- 50** Por causa de seus efeitos nocivos ao meio ambiente, o petróleo está deixando rapidamente de ser utilizado no sistema produtivo mundial.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir acerca do direito das obrigações e dos contratos.

- 51** Na solidariedade passiva, cada um dos devedores é obrigado pela dívida toda, contudo, a novação celebrada entre o credor e um dos devedores solidários exonera os demais devedores, e as preferências e garantias do crédito novado remanescem somente sobre os bens daquele que contraiu a nova obrigação.
- 52** Na obrigação alternativa, há unidade de vínculo e pluralidade de prestações, permitindo-se ao devedor liberar-se da obrigação satisfazendo apenas uma delas.
- 53** Nas obrigações de pagamento em dinheiro, se os juros de mora não forem suficientes para cobrir o prejuízo do credor, o juiz condenará o devedor inadimplente à pena convencional e ao pagamento de indenização suplementar para a integral restituição do patrimônio do credor.
- 54** É lícita a venda de bens imóveis entre cônjuges, independentemente do regime de bens adotado no casamento. Contudo, exige-se a anuência de seus descendentes para a validade do negócio jurídico.

A respeito do direito de família e sucessões, julgue os itens que se seguem.

- 55** O parentesco em linha reta e colateral se limita até o quarto grau. Para contagem do parentesco, adota-se como linha a vinculação da pessoa a tronco ancestral comum, sem que exista relação de ascendência e descendência entre os parentes.
- 56** Casamento putativo é aquele que foi contraído de boa-fé por um ou ambos os cônjuges, que ignoravam a circunstância que o faz nulo ou anulável. Nesse caso, o casamento produzirá todos os efeitos do casamento válido, até a data da decretação da sua nulidade.
- 57** Herdeiros legítimos são aqueles que têm seus direitos de herança assegurados pela própria lei, que estabelece a ordem de vocação hereditária e os subdivide em herdeiros necessários e herdeiros simplesmente legítimos, ou seja, os colaterais até o quarto grau.
- 58** Aberta a sucessão, haverá concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes do *de cuius* se o regime de bens do casamento foi o da comunhão universal ou o da separação obrigatória de bens ou, ainda, se o autor da herança não tiver deixado bens particulares.

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

- 59** A guarda de criança ou de adolescente pode ser concedida a outras pessoas que não sejam os seus genitores, pois a guarda é um dos atributos do poder familiar, que não se exaure nele nem com ele se confunde.
- 60** Poderá um dos cônjuges adotar o filho do outro, ainda que conste no assento de nascimento do adotando o nome do pai biológico, bastando, para tanto, que aquele comprove a convivência com o menor. Nesse caso, a separação judicial do casal ou a morte do adotante restabelece o poder familiar e o vínculo de filiação do adotado com o pai natural.

Julgue os itens seguintes acerca do mandado de segurança.

- 61** A autoridade coatora deve prestar pessoalmente as informações determinadas pelo juiz. Contudo, por constituírem defesa judicial, admite-se que essas sejam prestadas pelo representante legal ou judicial da pessoa jurídica, transferindo-lhe, por encampação, a responsabilidade administrativa pelas informações prestadas e pelo ato administrativo objeto do *mandamus*.
- 62** São condições específicas da ação para impetração do mandado de segurança a existência de um direito líquido e certo a proteger, bem como ato ou omissão marcado de ilegalidade ou abuso de poder, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. A sentença que nega a existência do direito líquido e certo é a decisão de mérito e, por consequência, deve concluir pela denegação do *writ* e não, pela extinção do processo sem resolução do mérito.

A respeito do processo de conhecimento, julgue os itens a seguir.

- 63** As causas em que estejam em conflito interesses da fazenda pública processam-se exclusivamente em vara privativa e perante o juízo onde funcione a administração da pessoa jurídica de direito público que seja parte ou interveniente na ação. Trata-se de competência fixada em razão da pessoa e de foro privilegiado, sobrepondo-se à competência resultante das leis do processo civil aplicável às demais pessoas jurídicas.
- 64** A intervenção do Ministério Público, nas causas em que uma pessoa incapaz seja parte, configura hipótese de complementação da capacidade de estar em juízo e diz respeito a pressuposto processual de regularidade e validade do processo.
- 65** O réu, na contestação, poderá apresentar defesas concernentes ao mérito e contra o processo, desde que, para esta última, não esteja previsto obrigatoriamente o uso de exceção, ou seja, resiste o réu contra a sua sujeição ao processo e contra a pretensão do autor. Se tais forem as defesas oferecidas, poderá o réu formular pedido ao juiz para que declare extinto o processo, sem resolução do mérito, ou improcedente a ação intentada.

Julgue os itens subseqüentes acerca dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil.

- 66** Se for interposto agravo de instrumento, o recorrente deverá comunicar formalmente esse fato ao juízo prolator da decisão impugnada e requerer a juntada de cópia da petição do agravo aos autos do processo de origem. Se o recorrente não se desincumbir desse ônus e, desde que argüido e provado pelo agravado, o recurso não será conhecido.
- 67** Contra a decisão monocrática do relator que determine a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, é cabível o agravo regimental ou interno para a turma recursal, com pedido de suspensividade da decisão, sob a alegação de prejuízo de difícil reparação aos interesses do recorrente.
- 68** Contra decisão que, reconhecendo a carência de ação, julga extinta a ação reconventional antes do julgamento da ação principal, é cabível o recurso de agravo.

A respeito do processo de execução, julgue os itens a seguir.

- 69** É competente para o cumprimento da sentença o juízo que decidiu a causa de onde se originou o título em primeiro grau de jurisdição, ainda que a sentença tenha sido confirmada, ou mesmo reformada, pela instância superior. Contudo, permite-se que o exequente opte ou pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.
- 70** Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, admite-se a expropriação de bens públicos dominicais, por serem esses passíveis de alienação em hasta pública e, ainda, o seqüestro e o bloqueio da quantia necessária para satisfazer a dívida.

Julgue os itens a seguir, acerca do poder constituinte.

- 71** O poder constituinte é titularizado pelo povo e pelas assembleias constituintes.
- 72** O poder constituinte pode ser classificado em poder constituinte originário e poder constituinte derivado, aos quais correspondem, respectivamente, os conceitos de poder constituinte de segundo grau e de poder constituinte de primeiro grau.
- 73** O poder constituinte originário é incondicionado e ilimitado, pois não está sujeito a qualquer forma prefixada em sua atuação e não está limitado pelo direito positivo a ele anterior.
- 74** O poder constituinte derivado pode ser subdivido em poder constituinte reformador e poder constituinte decorrente. O segundo consiste naquele que possibilita aos estados-membros que estes, em virtude de sua autonomia político-administrativa, se auto-organizem por meio de constituições estaduais que respeitem, sempre, as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal.
- 75** Inexiste uma forma prefixada pela qual se manifesta o poder constituinte originário, mas é possível apontar duas formas básicas de sua expressão, por meio das assembleias nacionais constituintes e dos movimentos revolucionários.

A respeito da importância dos princípios constitucionais na atividade interpretadora, escreve Luís Roberto Barroso:

Ao intérprete constitucional caberá visualizá-los em cada caso e seguir-lhes as prescrições. A generalidade, abstração e capacidade de expansão dos princípios permite ao intérprete, muitas vezes, superar o legalismo estrito e buscar no próprio sistema a solução mais justa, superadora do *summum jus, summa injuria*. Mas são esses mesmos princípios que funcionam como limites interpretativos máximos, neutralizando o subjetivismo voluntarista dos sentimentos pessoais e das conveniências políticas, reduzindo a discricionariedade do aplicador da norma e impondo-lhe o dever de motivar seu convencimento.

Luís Roberto Barroso. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 150 (com adaptações).

Acerca da interpretação constitucional, julgue os itens subseqüentes.

- 76** A interpretação é uma atividade destinada a expor o significado de uma expressão, configurando-se, também, como uma atividade criadora.
- 77** Na interpretação constitucional tradicional, há uma limitação ao levantamento de todas as possíveis interpretações que a norma sob exame comporta, por intermédio da utilização dos métodos histórico, científico, literal, sistemático e teleológico.
- 78** Entre as modernas formas de interpretação constitucional existentes estão a declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade e a mutação constitucional, a declaração de inconstitucionalidade com apelo ao legislador e principalmente a interpretação conforme a Constituição.
- 79** Sempre que uma lei puder de alguma forma colocar em risco o ordenamento constitucional, cumpre ao Poder Judiciário anulá-la, não sendo possível aplicar-lhe uma forma de interpretação que preserve um dos sentidos que ela comporte e que esteja em harmonia com a Constituição Federal.
- 80** A aplicação do princípio da interpretação conforme a Constituição não está limitada à literalidade da norma, ou seja, é permitido ao intérprete inverter o sentido das palavras e subverter a intenção do legislador.
- 81** As normas-princípio apresentam um grau de abstração reduzido e têm eficácia restrita às situações específicas às quais se destinam. No plano constitucional, as normas-princípio estão situadas em patamar hierárquico superior às demais.

Acerca da regência constitucional e infraconstitucional referente aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 82** Os cargos, empregos e funções públicas, no Brasil, são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados.
- 83** A contratação temporária ou por tempo determinado pode ser realizada pela administração pública federal dentro dos estritos limites impostos por lei para atender a necessidade transitória de excepcional interesse público.
- 84** O direito de greve é vedado aos servidores públicos civis e aos militares, havendo, no último caso, permissão para o exercício de greve tão-somente no caso de atraso de pagamentos.
- 85** A equiparação ou vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público deve ser alvo de reajuste anual idêntico aplicável a todas as categorias.

Julgue os itens a seguir que tratam das licitações e contratos da administração pública.

- 86** A Lei n.º 8.666/1993 é uma lei de normas gerais aplicável à administração pública direta, autárquica e fundacional não só da União, mas também dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 87** O malferimento ao princípio da impessoalidade em uma licitação pode ser aferido a partir do exame acerca do atendimento, ou não, da regra que veda as preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, sobretudo quando tais preferências ou distinções não se limitam àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- 88** O edital de abertura de uma licitação deve especificar a marca e as características exclusivas dos bens e serviços que o poder público deseja comprar ou contratar. Apenas a minudente discriminação dos itens no ato convocatório permitirá a adjudicação de objeto licitatório com características específicas.
- 89** A publicidade das licitações públicas é princípio geral que rege a matéria, portanto, a licitação não pode ser sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- 90** Regras que impliquem em preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte são manifestamente inconstitucionais, por afetarem o princípio da igualdade entre os licitantes.

No que se refere à concessão, manutenção e cancelamento de benefícios previdenciários, julgue os itens subseqüentes.

- 91** Considere que Célio tenha sofrido acidente de trabalho e recebido auxílio doença durante 6 meses. Nessa situação, Célio não poderá ser demitido durante o prazo de 12 meses, após a cessação do auxílio doença acidentário.
- 92** Na aposentadoria por tempo de contribuição, há redução de 5 anos para o professor que comprove tempo parcial e efetivo de exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.
- 93** A inscrição do segurado facultativo no regime geral deve ser feita diretamente junto à autarquia previdenciária, sendo possível retroagir tanto a inscrição quanto o pagamento de contribuições para fins de concessão de benefício.
- 94** Para os segurados inscritos antes da data de publicação das Leis n.º 8.212 e n.º 8.213 e que estejam pleiteando benefícios em 2007, a carência a ser cumprida é equivalente a 156 contribuições.
- 95** Considere que Pedro e Sílvia estão separados judicialmente, e que Sílvia receba de Pedro pensão alimentícia. Nesse caso, Sílvia mantém a qualidade de dependente de Pedro.
- 96** Suponha que José seja garimpeiro e trabalhe com o auxílio exclusivo de membros da sua família. Nessa situação, José é considerado segurado especial.
- 97** O seguro desemprego não pode ser cumulado com nenhum benefício de prestação continuada da previdência social.
- 98** O auxílio-doença é devido ao segurado que se filiar ao regime geral de previdência, mesmo àqueles que anteriormente eram portadores de doença ou lesão considerada causa da incapacidade.
- 99** Tempo de carência não se confunde com tempo de contribuição.
- 100** Considere que Joel encontre-se afastado das atividades laborativas, recebendo auxílio-doença. Nessa situação, Joel manterá a qualidade de segurado pelo tempo que durar o afastamento.
- 101** A aposentadoria por invalidez, no regime geral de previdência social, será devida independentemente de o segurado estar em gozo de auxílio-doença, desde que seja considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- 102** Na atual legislação, a perda da qualidade de segurado não impede a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado cumpra os demais requisitos para concessão do benefício (carência e idade).
- 103** Os litígios decorrentes dos acidentes de trabalho são processados e julgados pela justiça comum estadual.

Acerca da legislação previdenciária, julgue os itens a seguir.

- 104** Considerando que Célio tenha sido contratado como estagiário de uma empresa de exportação, contudo, por necessidade de serviço, passou a chefiar a unidade de vendas da empresa. Nessa situação, Célio é considerado empregado para o regime geral.
- 105** Considere que Cláudio seja o vice-prefeito de um município do interior. Nessa condição, tendo em vista os agentes políticos não terem vínculo de subordinação com a Administração Pública, Cláudio deve filiar-se ao regime geral na qualidade de contribuinte individual.
- 106** O regime jurídico aplicável aos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional é de direito público. Dessa forma, a afirmação de que essas entidades são consideradas empresas para fins de aplicação da legislação previdenciária está incorreta.
- 107** Para um pastor evangélico que recebe remuneração da comunidade em que atua como ministro de confissão religiosa, a sua filiação com a Previdência Social deve se realizar na qualidade de contribuinte individual.
- 108** Considere que Júlio seja servidor municipal vinculado a regime próprio de previdência social e que pretenda receber um valor superior à futura aposentadoria que receberá do município. Nessa situação, Júlio não poderá vincular-se ao regime geral como segurado facultativo.

Julgue os itens subseqüentes relacionados à legislação previdenciária federal.

- 109** Considere que Júlio, servidor público titular de cargo efetivo, preste, eventualmente, serviços de eletricitista nas horas de folga. Nessa situação, Júlio é segurado do regime próprio e contribui para o regime geral, sem, no entanto, ter direito a qualquer benefício.
- 110** Os regimes próprios de previdência social são instituídos pelos entes federativos destinados aos servidores titulares de cargos efetivos e sua caracterização não depende dos benefícios assegurados pelo sistema.
- 111** Os serviços prestados por empregado doméstico, no ambiente residencial para o qual foi contratado, não podem ter finalidade de lucro, sob pena de descaracterizar a qualidade de segurado do trabalhador.

Acerca dos princípios previdenciários previstos na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 112** Os benefícios pagos pela previdência social devem ser reajustados de acordo com as possibilidades orçamentárias, tendo em vista o princípio da vedação de majoração sem a correspondente fonte de custeio.
- 113** No Brasil, é vedada qualquer equiparação de prestações de serviços públicos com o salário mínimo, daí ser possível a concessão de benefícios substitutivos ao salário de contribuição, ou rendimentos do trabalhador, em valor inferior ao salário mínimo.
- 114** As contribuições destinadas ao financiamento da previdência social somente podem ser exigidas após 90 dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- 115** Os trabalhadores que tenham tempo de contribuição em órgãos públicos e em atividade privada têm o direito de contagem recíproca desse tempo, pois os regimes devem compensar-se financeiramente.
- 116** O caráter contributivo da previdência social brasileira não implica que o segurado deva contribuir financeiramente e diretamente para o sistema, pois, de forma indireta, a sociedade participa desse custeio por meio da arrecadação dos impostos.

Julgue os itens a seguir relativos à reforma previdenciária.

- 117** A Emenda Constitucional n.º 47/2003 restabeleceu a paridade entre ativos e inativos para todos os servidores.
- 118** A Emenda Constitucional n.º 41 duplicou o limite de isenção das contribuições para os inativos portadores de doença incapacitante.
- 119** Em relação à forma de cálculo das pensões destinadas aos dependentes dos servidores públicos, a legislação vigente determina o pagamento de 100% até o limite do teto do regime geral da previdência social acrescido de 70% da parcela restante.
- 120** De acordo com a legislação vigente, a aposentadoria voluntária para os servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998 depende, entre outros requisitos, de 25 anos de efetivo exercício de serviço público, quinze de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.